

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MAX RICHARD COELHO VERGINIO

**COOPERATIVISMO: ESTUDO COMPARATIVO DO MERCADO FORMAL DE
TRABALHO ENTRE COOPERATIVAS E NÃO-COOPERATIVAS NO EXTREMO
SUL CATARINENSE DE 2006 A 2015**

CRICIUMA

2017

MAX RICHARD COELHO VERGINIO

**COOPERATIVISMO: ESTUDO COMPARATIVO DO MERCADO FORMAL DE
TRABALHO ENTRE COOPERATIVAS E NÃO-COOPERATIVAS NO EXTREMO
SUL CATARINENSE DE 2006 A 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel, no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof.^o Dr. Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA

2017

MAX RICHARD COELHO VERGINIO

**COOPERATIVISMO: ESTUDO COMPARATIVO DO MERCADO FORMAL DE
TRABALHO ENTRE COOPERATIVAS E NÃO-COOPERATIVAS NO EXTREMO
SUL CATARINENSE DE 2006 A 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel, no Curso de Ciências
Econômicas da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa
em cooperativismo

Criciúma, 04 de julho de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Dimas de Oliveira Estevam - (UNESC) - Orientador

Prof.º Me. Joelcy José Sá Lanzaolini - (UNESC)

Prof.ª Ma. Rossandra Oliveira Maciel - (UNESC)

RESUMO

O cooperativismo desempenha importante papel para a sociedade viabilizando a produção e comercialização de bens e serviços nos mais diversos setores da economia. Na última década a economia brasileira passou com período de expansão, o que impactou diretamente no nível de empregos gerados no país. As cooperativas são sociedade de capital social e visam resolver problemas enfrentados pelos associados muitas vezes como uma alternativa ao sistema capitalista. Deste modo, gerar empregos não é o objetivo principal das cooperativas, mas devido à forte influência do mercado, algumas cooperativas passaram a contratar empregados com carteira assinada numa quantidade significativa e crescente ano-a-ano. A presente monografia tem por objetivo estudar o mercado de trabalho formal, nas cooperativas do extremo sul catarinense. Há uma vasta literatura tratando o movimento do cooperativismo pelas mais diversas abordagens, o mais comum é tratar das questões referente aos associados, esta pesquisa diferencia-se por direcionar o estudo aos empregos formais gerados por estes estabelecimentos. A escolha do local é dada pela importância que as cooperativas exercem na economia regional, em algumas cidades a principal organização é a cooperativa. A metodologia é exploratório-descritivo, utiliza-se fontes bibliográficas e bases de dados oficiais, principalmente os Microdados da Relação Anual de Informação Social – RAIS. O período de estudo está delimitado nos anos de 2006 e 2015, devido ao CNAE 2.0, que inicia em 2006, além de haver mudanças na classificação de escolaridade. Define-se dois grupos para comparação: o primeiro, estabelecimentos de natureza jurídica igual a cooperativa. E o segundo grupo para fins de comparação é denominado não-cooperativa, são estabelecimentos classificados como entidades empresariais, exceto cooperativas. No período analisado constatou-se que para a região do extremo sul catarinense, cooperativas apresentaram médias de remuneração maiores, em relação ao segmento não cooperativista. A diferença de remuneração pode ser devido a participação considerável de empregados com curso superior em cooperativa. No entanto reproduzindo algumas desigualdades presentes no mercado, como no caso da diferença salarial entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Cooperativismo; empregos formais; cooperativas; desenvolvimento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Microrregião de Araranguá.....	10
Figura 2 Publicações com palavra-chave “COOPERATIVA” (1965 a 2016)	11
Figura 3 Massa salarial e empregos formais no Brasil, por sexo (2007 a 2015)	19
Figura 4 Remuneração em dezembro (Salário mínimo) e variação da participação, por faixa de remuneração, Brasil de 2006 e 2015.....	22
Figura 5 Empregos em cooperativas e remuneração média, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)	30
Figura 6 - Remuneração média não-cooperativas e cooperativas, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)	31
Figura 7 Remuneração média não-cooperativas e cooperativas por sexo, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)	32
Figura 8 Estabelecimentos cooperativa por porte, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)	33
Figura 9 Remuneração média por tamanho do estabelecimento, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)	34
Figura 10 Remuneração média por faixa de escolaridade, microrregião de Araranguá (2006 a 2015).....	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. ACI em Estocolmo: Valores básicos do cooperativismo (1988)	13
Quadro 2 Distribuição estabelecimentos e empregos formais, por porte no Brasil (2007 e 2015).....	18
Quadro 3 Distribuição empregos formais por atividade, no Brasil (2006 e 2015).....	21
Quadro 4 Vínculos que devem ser listados na RAIS.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servido Público
PDET	Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho
PIS	Relativo ao Programa de Integração Social
RAIS	Relação Anual de Informação Social
SCIELO	Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	COOPERATIVISMO	13
3	METODOLOGIA.....	23
3.1	NATUREZA E TIPO DE PESQUISA.....	23
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	23
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	ANEXO (S).....	40
	ANEXO A – NATUREZA JURÍDICA	41

1 INTRODUÇÃO

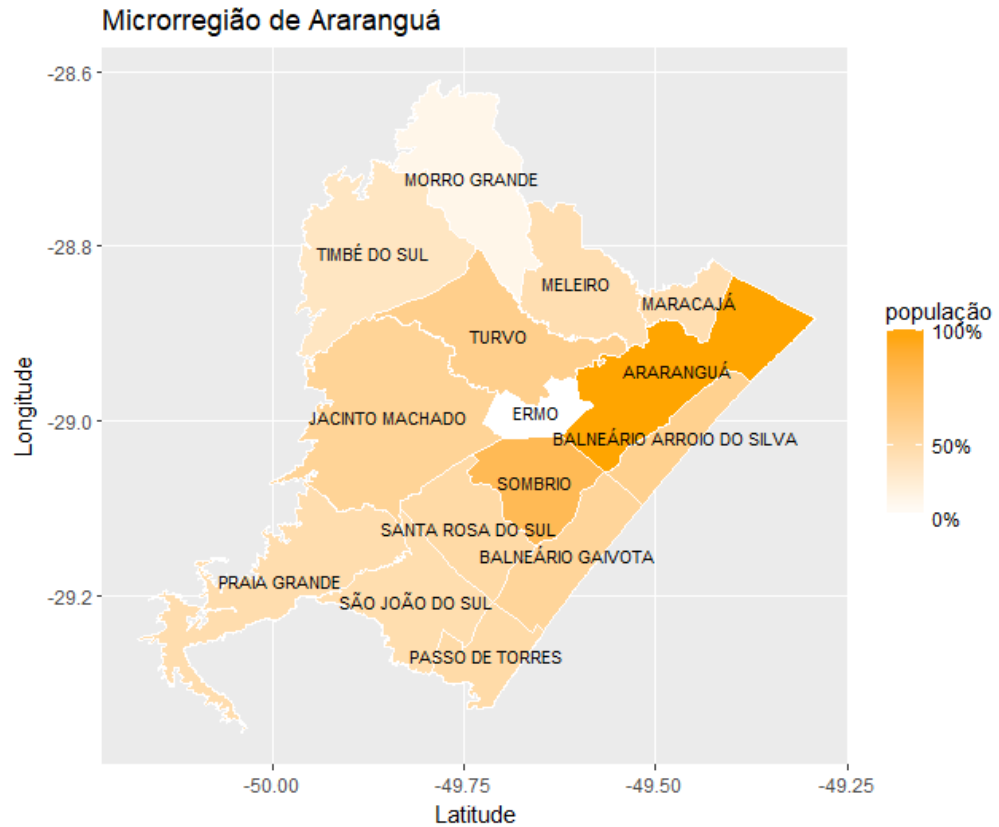
O cooperativismo tem sua origem histórica no movimento operário é uma organização de capital social, que deve ser democrática e participativa. Ao mesmo tempo tem características de empresas e de associação de pessoas. Sobre o cooperativismo encontra-se uma ampla literatura, que varia sua definição a partir de sua vertente teórica. Segundo Namorado (2004), o cooperativismo envolve-se na dinâmica cooperativa como evolução histórica, na doutrina cooperativa, a normatividade inscrita na identidade cooperativa.

De modo mais genérico, encontra-se estímulos à cooperatividade quando potenciais cooperadores deparam-se em disputa com outras entidades dotadas de potencial econômico maior. De modo que a cooperação é uma via para enfrentamentos econômicos, visando o benefício dos associados. Atualmente as organizações cooperativas estão congregados cooperadores oriundos dos mais diversos grupos sociais, e também grupos empresariais. Deixou de ser um tipo de resposta às crises, utilizado apenas pela classe social operária. Para o autor as cooperativas podem ser entendidas como empresas, mas que precisam obedecer a um conjunto de princípios e valores. Enquanto empresa devem ser eficientes e rentáveis devido ao risco de fechar as portas, caso descumpra as exigências mínimas do mercado. Deste modo levanta-se questionamentos referente a esta dupla natureza do cooperativismo, que deve ser democrática e participativa sem perder eficiência de mercado, e como se dá em relação aos vínculos de empregos gerados por estas cooperativas na última década no extremo sul catarinense.

O problema de pesquisa está definido como a seguinte pergunta: Quais as características do mercado de trabalho formal nas cooperativas, situadas no extremo sul catarinense no período de 2006 a 2015? Para responder ao problema se fez necessário descrever características do mercado de trabalho formal nas cooperativas do extremo sul catarinense em relação ao movimento do cooperativismo e economia do trabalho. Separando este trabalho em três etapas específicas descritas a seguir: Primeiro, realizar uma revisão da literatura sobre o movimento do cooperativismo. Segundo, relacionar o mercado de trabalho com o cooperativismo. E terceiro, trazer características do mercado de trabalho em relação ao cooperativismo segundo os Microdados da Relação Anual de Informação Social - RAIS, disponibilizado pelo Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho -

PDET.

Figura 1 Microrregião de Araranguá



Fonte: Dados de população IBGE (2016). Elaboração própria

Para fins de coleta dos dados foi definida o extremo sul catarinense com microrregião de Araranguá. Conforme visto na Figura 1, é composto por quinze municípios, segundo o número de habitantes os mais populosos são Araranguá e Sombrio com 66 mil e 29 mil pela projeção populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 2016. Turvo, Balneário Arroio do Silva, Jacinto Machado e Balneário Gaivota tem populações que variam entre 120 e 12 mil habitantes. Santa Rosa do Sul, Passo de Torres, Praia Grande, São João do Sul, Meleiro e Maracajá, são município que tem entre 8,4 mil e 7 mil habitantes. Os outros três Timbé do Sul, Morro Grande, Ermo, possuem menos de 5,3 mil habitantes, sendo este último o com menor população e possui cerca de 2 mil habitantes.

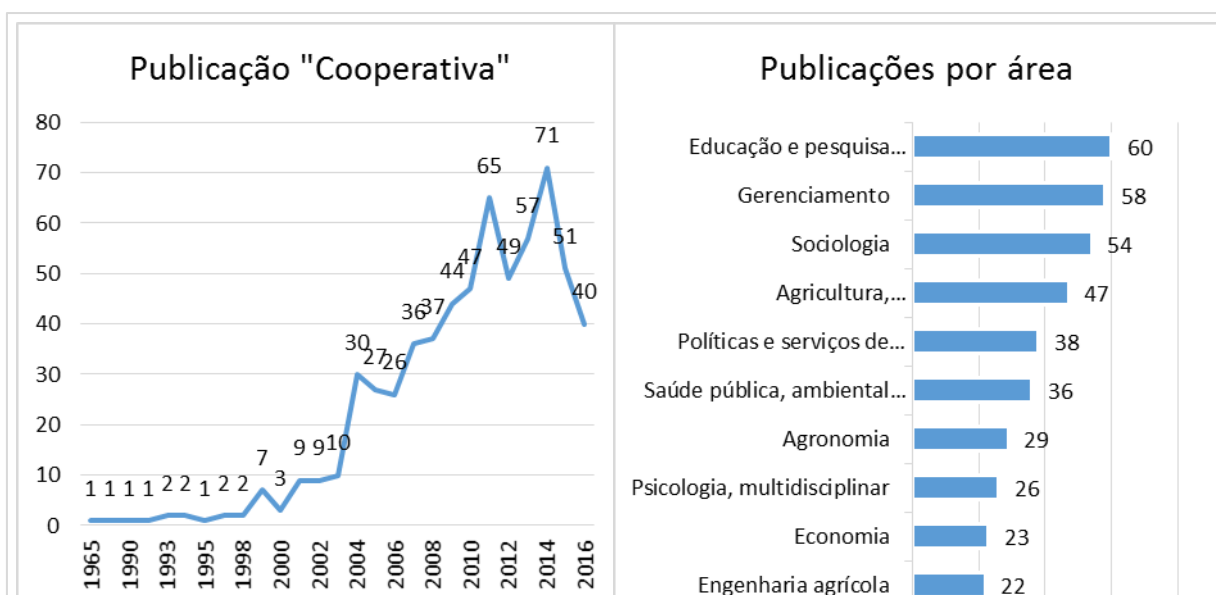
Neta região o cooperativismo tem viabilizado a produção e a comercialização de bens e serviços nos diversos setores da economia, e com principal presença no

meio rural. Tanto na produção e comercialização de grãos, no caso das cooperativas que trabalham com o arroz, quanto nas cooperativas da economia solidárias normalmente de menor porte e que comercializa produtos feitos em casa como pães, bolachas, massas e artesanatos.

Períodos selecionados de 2006 a 2015, está relacionado com uma certa uniformidade dos dados, porque é a partir de 2006 que está disponível dados referentes a subclasse do CNAE 2.0. Além das mudanças que ocorreram na denominação da variável escolaridade. Para melhor avaliação dos dados separa-se as variáveis que poderiam interferir na remuneração do trabalhador como sexo, escolaridade, idade e porte do estabelecimento. A definição de análise de microrregião que possui características relativamente uniformes tem o intuito de minimizar os efeitos causados por grandes centros urbanos, quando comparados a cidades menores.

Existe uma vasta literatura tratando do tema cooperativismo, e o interesse é crescente ao longo das duas últimas décadas, como se pode ver na Figura 2 abaixo, segundo publicações científicas na base da Scientific Electronic Library Online (SCIELO). A palavra-chave utilizada foi “Cooperativa”. No entanto, as principais áreas de pesquisa são “Educação”, “Gerenciamento”, provavelmente devido a questão da auto-gestão e “Sociologia”.

Figura 2 Publicações com palavra-chave “COOPERATIVA” (1965 a 2016)



Fonte: scielo.org (2017). Elaboração própria.

A área de “Economia” surge apenas em nono lugar, em número de publicações. O que indica que apesar do grande número de publicações sobre cooperativas, ainda há muito espaço para tratar do tema pelo olhar da economia. Para este trabalho usa-se como referência o que já foi escrito sobre o cooperativismo e da economia do trabalho. Navarro (2004) aponta para importância de realizar novos estudos, para entender os efeitos da reestruturação produtiva no Brasil. Devido as características heterogêneas do fenômeno, que responde de diferente modo dependendo da região e setores da economia. Deste modo este trabalho faz uma análise em relação as cooperativas da região do extremo sul catarinense.

Tem-se um constante crescimento do cooperativismo, principalmente nas últimas décadas, e este crescimento deve estar também associado a melhorias nas condições de trabalho dos empregados destas cooperativas. O conhecimento sobre as características deste mercado poderá ser utilizado para subsidiar estudos e planejamentos para fortalecimento do movimento do cooperativismo. De modo a expandir seus princípios fundamentais dos associados para seus empregados contratados.

2 COOPERATIVISMO

As primeiras experiências do cooperativismo surgem na Europa, para Schneider (1991) o cooperativismo já apresentava traços em forma de ajuda mútua por grupos religiosos, “guildas de comerciantes” e “corporações de ofício” da Idade Média e dos inícios da Idade Moderna. Mas é na metade do século XVIII que a cooperação toma forma mais definida através da busca de um sistema econômico e social fundado na cooperação. E é com os precursores do cooperativismo, da cooperativa de Rochdale (1844) na Inglaterra, que inicia a construção de um modelo conceitual aperfeiçoado na vivência concreta e inspirado nas orientações e doutrinas defendidas presentes nas cooperativas até hoje.

Este modelo conceitual, umas das formas de articulação do movimento cooperativista, é expressa pela Aliança Cooperativa Internacional ACI, que em 1988 em Estocolmo no seu 29º congresso definem alguns valores básicos do cooperativismo, conforme descrito no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1. ACI em Estocolmo: Valores básicos do cooperativismo (1988)

Valor	Descrição
AUTOAJUDA	Compreendem a criatividade, o dinamismo, a responsabilidade, a independência e o espírito do “faço você mesmo o que estiver o seu alcance”.
AJUDA MÚTUA	Como cooperação, unidade, ação coletiva, solidariedade e paz.
INTERESSE NÃO LUCRATIVO	Quais sejam o da conservação de recursos, eliminação do lucro como força orientadora, responsabilidade social e a não exploração do trabalho alheio.
DEMOCRÁTICOS	Como os da igualdade, participação e equidade.
ESFORÇO VOLUNTÁRIO	Como os da fidelidade aos compromissos assumidos, do poder criativo e do pluralismo.
UNIVERSALISMO	Significa abertura e mente esclarecida, sensibilidade a uma visão de globalidade que supere o espírito bairrista ou de seita.
EDUCACIONAIS	Apreciam o desejo por mais conhecimentos e perspicácia na visão da realidade e por maior entendimento.

Fonte: 29º Congresso da ACI em Estocolmo, em 1988 (SCHNEIDER, 1991). Elaboração própria.

Estes valores sofreram mutações ao longo de tempo, mas esteve sempre presente nos discursos dos envolvidos com as cooperativas. Segundo Namorado (2004) estes valores fazem parte de uma componente normativa, onde está o essencial da identidade cooperativa. Estes valores foram se desenvolvendo a partir das práticas dos cooperados, se atualizando em alguns pontos, para enfrentar as

grandes mudanças que ocorreram ao longo das décadas.

Lima (2004) avalia que essas propostas pensam modos de superar as condições precárias de trabalho e também de vida dos operários. Para isso seria necessária colaboração de classes. Ao passo que proporia às cooperativas formas de resistência e alternativas ao capital, desde propostas revolucionárias, até propostas reformistas de humanização das relações capital-trabalho de inspiração cristã.

No Brasil, o cooperativismo chega através dos imigrantes europeus, que trouxeram consigo as experiências de sua terra natal. Já no período do Império, haviam associações econômicas, inspiradas no modelo de cooperativismo. Mas apenas com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, segundo Schneider (1991) surgiu um ambiente favorável à liberdade de associação e de organização da sociedade.

As cooperativas na região do extremo sul catarinense tiveram suas primeiras experiências já no período de sua colonização. Imigrantes Italianos e alemães formaram cooperativas para organizar as atividades econômicas da região em um momento que o mercado local estava em formação. Por ser um tipo cooperação informal “se situa ao nível dos valores e atitudes tradicionais, partilhados por outras culturas como as dos imigrantes europeus, sobretudo na Região Sul do País. “ (SCHNEIDER, 1991, p. 241).

A partir do Plano de Metas, houve a intenção de tornar o país autossuficiente na produção de alimentos, com a liberação de financiamentos e de subsídios fiscais. No entanto, estes “estímulos oficiais se liberavam sob a condição de os produtores se filiarem a cooperativas” (SCHNEIDER, 1991, p. 243). Nesse contexto nascem importantes cooperativas na região do extremo sul catarinense, a COOPERSULCA¹ em Turvo, 1964 e COOPERJA², em Jacinto Machado, 1969.

¹ O recém empossado governo [...] começou a incentivar a formação de cooperativas, como uma alternativa para a organização dos pequenos produtores. [...] um grupo relativamente grande para época eram 214 produtores de arroz do município de Turvo. Que decidiram unir as suas forças para combater problemas comuns e no dia 20 de dezembro de 1964, reunidos numa assembleia geral fundaram a Cooperativa Agropecuária e de Consumo de Turvo Ltda.” <http://www.coopersulca.com.br/institucional>

² “A Cooperja nasceu em 30 de agosto de 1969, quando um grupo de 117 agricultores se reuniu e realizou uma Assembleia Geral, no Salão Paroquial de Jacinto Machado. O objetivo foi solucionar problemas de aquisição de insumos, armazenagem e comercialização da produção agrícola da região. “ <http://www.cooperja.com.br/historico.php?id=1>

No período de atuação do plano de metas, nos três estados Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tiveram cooperativas dedicadas basicamente a monocultura do trigo e soja. Devido a créditos com taxa de juros abaixo da inflação, à política de preços e política de exportações do governo. Assim o Sul do Brasil “tornara-se logo o segmento mais moderno, dinâmico e pujante das cooperativas brasileiras. (SCHNEIDER, 1991, p. 243).

Nos países em desenvolvimento, afirma Lima (2004), nos anos de 1970, políticas de organização de cooperativas foram apoiadas por órgãos para redução da pobreza e geração de renda em áreas rurais. Cooperativas são organizadas de cima para baixo. Os incentivos governamentais, influenciaram fortemente a fundação de cooperativas deste modelo. Logo estas cooperativas tiveram uma forte relação de dependência com as políticas governamentais. A medida que ocorre retrações das políticas macroeconômicas, isto afeta em cheio estas cooperativas, que ao invés de apresentarem alternativa a crises elas passam a fazer parte da crise. A experiência soviética também afeta o movimento cooperativismo, que ao integrar as cooperativas ao planejamento do Estado, deixa em segundo plano a autonomia dos cooperados.

Porém, na medida em que os créditos oficiais escassearam e os juros dos empréstimos contraídos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas subiram e ocorreram várias safras frustradas, simultâneas com problemas de má comercialização e de inadequada condução administrativa, várias cooperativas chegaram a um progressivo processo de endividamento. Algumas delas por isso tiveram que desfazer-se de grande parte do patrimônio para saldar as dívidas contraídas, ou até encerrar definitivamente suas atividades. E igualmente, sendo organizações grandes e complexas, verificam-se crescentes problemas e desafios à participação e ao controle do quadro social sobre suas cooperativas... (SCHNEIDER, 1991, p. 244).

Em relação as cooperativas de consumo, que tem o objetivo de comprar coletivamente de modo a aumentar o poder de negociação dos associados, elas passam por períodos de crise devido a questões da gestão dos recursos. Schneider (1991, p. 243) apontou como causa a “falta de modernização administrativa e por venderem a crédito aos sócios e comprarem à vista dos fornecedores”. O que não seria recomendado segundo a gestão do caixa da organização, deste modo as cooperativas perdem a cada negociação realizada.

A economia do trabalho estuda processos autogestionados pelos trabalhadores o que inclui também as cooperativas. Nessa perspectiva, o trabalhador não é o

proprietário de um recurso organizado pelo capital, mas o sujeito da produção em pugna por sua autonomia a partir do cerne do sistema capitalista (CORAGGIO, 2009). No período do neoliberalismo junto da debilitação dos sindicatos, o trabalho torna-se mais precário porque perde centralidade, em favor do capital e não se encontrou formas equivalentes de integração social, ao menos na mesma escala.

O caso das cooperativas de trabalho das cortadoras de cana, quando apropriadas pelo mercado faz o contrário daquilo que objetivava resolver segundo seu movimento histórico. Acaba por intensificar o grau de exploração do trabalho, por via da retirada de direitos dos trabalhadores que não assinam carteira, mas prestam serviços terceirizados mascarados de cooperativas. Segundo Silva (2004) sobre os cortadores de cana, as “copergatas³” revela que as cooperativas de trabalhadores neste caso implicam em redução de direitos adquiridos ao longo de várias décadas de lutas dos canavieiros dessa região. “Trata-se de trabalhadores cujos direitos trabalhistas sempre foram intermitentes, e se caracterizam por pertencerem ao campo dos excluídos da cidadania” (ANTUNES, 2004, p.30).

Há pelo menos três tipos de cooperativas mais comuns: Trabalho, de Produção Industrial e de Consumo, em ambas o trabalho é elemento de posse. Para Lima (2004), as cooperativas de trabalho são prestadoras de serviços especializados, um exemplo é a intermediação na captação e na distribuição dos serviços aos cooperados que utilizam seus próprios instrumentos.

Por cooperativas de trabalho, entendem-se formas da produção, do controle da atividade laboral e do produto realizado pelos próprios trabalhadores. Constituem-se em associações voluntárias de trabalhadores que organizam a cooperativa, uma empresa da qual todos são sócios e participam dos processos decisórios, assim como do resultado do labor coletivo. (LIMA, 2004, p. 91)

Enquanto que nas cooperativas de produção industrial, a produção de bens resulta do trabalho coletivo, tendo-se a fábrica como modelo.

A fábrica se constituiu historicamente no espaço privilegiado de análise, um microcosmo explicativo da sociedade e de seus conflitos. Num contexto no qual a fábrica perdeu seu lugar como espaço de concentração de capital e de trabalho vivo, uma diversidade de espaços com distintas relações sociais assume preponderância, extrapolando “muros”, abarcando territórios e lugares, reais e virtuais, nos quais o ato de trabalhar se configura e novas formas de sociabilidade se constroem (Lima, 2014, p. 33).

³ Alteração na CLT Lei nº8949 artigo 442 da CLT, regulamentando as cooperativas de trabalho.

Estudos mostram a dupla natureza do cooperativismo que tem seus princípios e valores, ao mesmo tempo de viabilizar suas atividades economicamente. Para Luxemburgo (2002), essa contradição move a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve.

Além disso do cooperativismo não foram afastados os oportunistas que organizaram empreendimentos de supervisão empresarial visando à terceirização industrial, de serviços e da área agrícola. Quando a cooperativa segue a linha da terceirização, redutora de custos, os cooperados são como se fossem os empregados, mas sem a carteira assinada, e os direitos que garantidos por lei.

Seus ganhos em geral se pautam não pelo tempo de trabalho dado mas pelo montante de serviços prestados. Nesta situação, os trabalhadores por conta própria tentem a trabalhar cada vez mais, na ânsia de ganhar o suficiente para sustentar o padrão usual de vida (SINGER, 2001, p.30)

As cooperativas servem muitas vezes para criar novos postos de trabalho, no entanto em formatos que reduzem os direitos dos trabalhadores como quando se terceiriza a função executada. Mas também quando se colocam metas que são humanamente impossíveis de se alcançar. Em relação às metas, pode ser que para alguns seja razoável, enquanto que para outros estejam além de suas capacidades. Os aumentos de produtividade implicam em aumento e redução do custo de produção, possibilitando queda dos preços e mais consumo. Navarro (2004) ressalta que existe a tendência do pagamento por peça além de incentivo às horas extras, que na prática remunera corretamente.

No entanto, provoca redução do emprego necessário para produzir, “por isso o volume total de ocupação tende a cair” (SINGER, 2001, p. 17). E é nesses cenários de maiores taxas de desemprego que o cooperativismo cresce com mais força. Principalmente como alternativa mais estável às flutuações do mercado. Porque a cooperativa tem seu crescimento vinculado a crises econômicas, nos momentos de pleno emprego, tende a perder força, e o inverso também é válido.

Outro movimento que abarca o cooperativismo é o da economia solidária. Através de cooperativas de trabalho e de produção ocupando milhares de trabalhadores. Fazem parte fábricas recuperadas e cooperativas organizadas para a

produção fabril, a prestação de serviços e a geração de renda, normalmente para a população de baixa renda.

Segundo o Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda, na composição do PIB pela ótica da renda as remunerações do empregado correspondem por 43,4% do PIB, sendo que 34,3% seriam salários, 7,9% contribuições sociais efetivas, e 1,2% contribuições sociais imputadas. Os Dados do IBGE para o ano de 2013 no período observado de 2009 a 2013, a participação da remuneração no PIB variou relativamente pouco. Neste sentido pode-se apresentar dados que revelam informações sobre fatia significativa da economia. A partir dos dados apresentados neste documento apresenta-se a seguir características do mercado de trabalho brasileiro.

Quadro 2 Distribuição estabelecimentos e empregos formais, por porte no Brasil (2007 e 2015)

Tamanho Estabelecimento	2007		2015	
	Estabelecimentos	Empregos	Estabelecimentos	Empregos
0 Empregado	11,1	-	11,1	-
De 1 a 4	56,7	8,5	56,2	8,9
De 5 a 9	15,7	8,0	16,3	8,8
De 10 a 19	8,6	9,0	8,8	9,7
De 20 a 49	4,9	11,4	4,9	12,1
De 50 a 99	1,5	8,1	1,4	8,1
De 100 a 249	0,9	10,4	0,8	10,2
De 250 a 499	0,3	8,9	0,3	8,2
De 500 a 999	0,2	8,8	0,1	8,2
1000 ou Mais	0,1	27,0	0,1	25,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (nº absolutos)	2.935.448	37.607.430	3.971.108	48.060.807

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

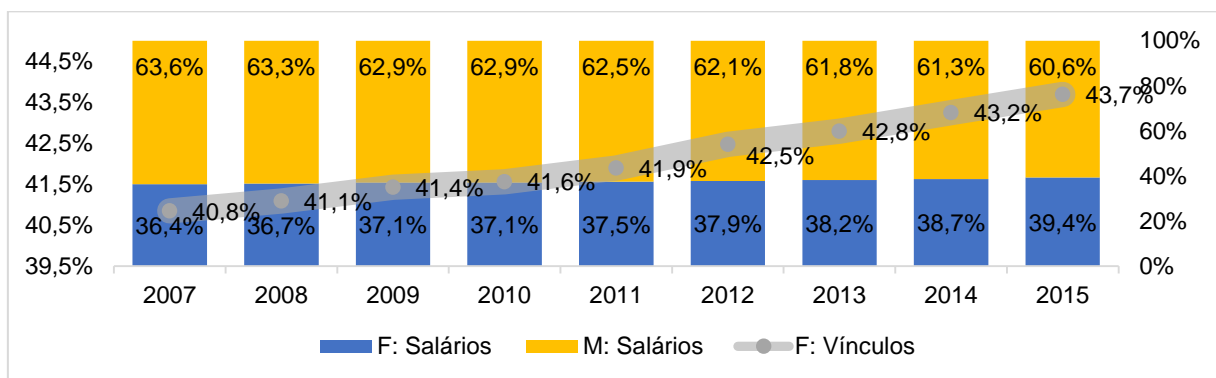
O Quadro 2 é a distribuição dos estabelecimentos e dos empregos formais nos anos de 2006 e 2015 segundo o porte do estabelecimento. O saldo foi positivo, tanto para o número de estabelecimentos, quando de empregos, 1.035.660 e 10.453.377 respectivamente. Estabelecimentos de 1 a 9 empregados correspondem a 72,4% do crescimento. De 1 a 49 empregados foram responsáveis pelo acréscimo de 48,9% dos vínculos de emprego. Cerca de 21,3% dos empregos gerados foram em estabelecimentos de 1000 ou mais.

Esta estrutura manteve-se com poucas alterações, com maiores de -0,5% de estabelecimentos de 1 a 4, e aumento de -0,5% de 5 a 9 empregados. Em relação ao número de empregados dos estabelecimentos 1 a 99 tiveram aumento relativo de

2,7%, enquanto que estabelecimentos de 100 a ou maiores, tiveram redução relativa de 2,7%. Dal Rosso (2014) sugere que com o desemprego, o rebaixamento salarial e a ampliação de jornada de trabalho como sendo os principais fatores que acabam na precarização do trabalho.

Pochmann (2000) avalia a questão da geração de empregos que o Brasil passa, afirmando que o problema não está em criar novos empregos, mas sim na qualidade destes novos postos de trabalho. No entanto Lima (2014) afirma que esta questão passa pela ampliação dos direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores vinculados ao contrato de trabalho. Que é visto com entrave a economia pelos setores conservadores. Além disso, este é um movimento global onde a tendência é a precarização.

Figura 3 Massa salarial e empregos formais no Brasil, por sexo (2007 a 2015)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Segundo dados do RAIS apresentados na Figura 3, a massa salarial concentra-se em trabalhadores do sexo masculino, que também são maioria no mercado. Apresentando redução gradual neste período de 63,6% em 2006, para 60,6% em 2015. Ao mesmo tempo que a participação de trabalhadoras do sexo feminino aumenta de 40,8% para 43,7%, o que indica que o aumento da massa salarial para o sexo feminino é também efeito do aumento da participação no mercado de trabalho, por parte de trabalhadores do sexo feminino. Há um aumento de 3% na massa salarial, e também de 3% no número de vínculos. No cenário nacional fica claro um dos problemas enfrentados pelas trabalhadoras, que vem aumentando sua participação no mercado de trabalho, ganhando espaço frente aos homens. No entanto a uma maior dificuldade para que isto reflita nos ganhos salariais.

Quadro 3 Distribuição empregos formais por atividade, no Brasil (2006 e 2015)

CNAE 2.0 Seção	2007 (%)	2015 (%)	Variação	%
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	18,21	19,67	2.603,89	24,91
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	21,82	19,25	1.044,62	9,99
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	17,84	14,95	474,71	4,54
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	8,31	9,01	1.205,08	11,53
CONSTRUÇÃO	4,45	5,38	910,69	8,71
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	4,56	5,11	740,11	7,08
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	3,69	4,58	812,22	7,77
EDUCAÇÃO	3,64	4,17	634,05	6,07
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	3,28	4,02	698,72	6,68
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	3,81	3,14	74,44	0,71
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	2,90	2,51	114,08	1,09
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	1,65	2,19	432,51	4,14
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	1,93	1,86	170,32	1,63
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1,67	1,81	239,03	2,29
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0,73	0,72	75,29	0,72
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0,46	0,54	85,42	0,82
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0,49	0,50	55,04	0,53
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0,19	0,30	74,52	0,71
ELETRICIDADE E GÁS	0,31	0,27	15,35	0,15
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0,01	0,01	1,33	0,01
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0,03	0,01	- 8,01	- 0,08
Total	100	100		
Total (1000 pessoas)	37.607,43	48.060,81	10.453	100

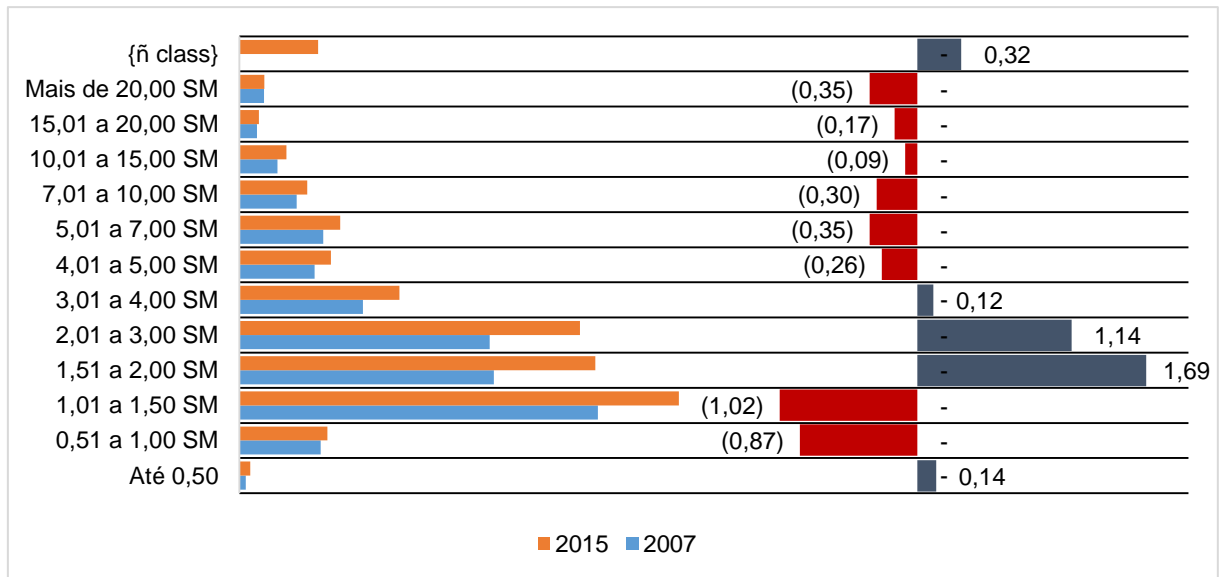
Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

De acordo com o Quadro 3, em 2006 eram 37,607 milhões de vínculos ativos em 31 de dezembro. Os principais setores empregadores da economia brasileira foram primeiro, Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, com 21,82%. Segundo Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, com 18,21%. Terceiro Indústrias de Transformação, com 17,84%. Em 2015 há um aumento de 10,45 milhões mudando a participação dentro os principais setores empregadores da economia brasileira, foram primeiro: Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, com 19,67%. Segundo, Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, com 19,25%. Terceiro Indústrias de Transformação, com 14,95%.

Do setor de Comércio cresce mais que os demais, representando 24,9% do aumento, trocando de posição com Administração pública. O setor da Indústria da

transformação teve aumento absolutos de 474,7 vínculos, mas queda na participação de 2,89%. Enquanto que a Administração pública também sofre queda relativa de 2,57%.

Figura 4 Remuneração em dezembro (Salário mínimo) e variação da participação, por faixa de remuneração, Brasil de 2006 e 2015



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria. Em salário mínimo do respectivo ano-base.

A Figura 4 apresenta a distribuição de frequência dos vínculos por faixa de remuneração, para anos de 2006 e 2015 ao lado direito. E ao lado esquerdo a variação percentual durante este período. Pode-se identificar que a grande maioria dos trabalhadores estão em faixas de renda que vão de 1 salário mínimo e 4 salários mínimos. Além disto durante este período houve aumento da participação do grupo intermediário que vai das faixas de 1,51 salário mínimo até 4 salários mínimos. Ao mesmo tempo que houve redução da participação em faixas menores e faixas maiores podendo identificar movimentos distintos entre estas faixas de remuneração. A partir de 10 salários mínimos a um movimento progressivo de redução da frequência, o que pode ser explicado por aumento de concentração em faixas de remuneração mais elevadas.

Os dados mais gerais referentes ao Brasil, nesta monografia, ajudam a formar a imagem do mercado de trabalho nacional, e as mudanças macroeconômicas que ocorreram de 2006 a 2015. Esta influência para fins de comparação deveria ter comportamento distinto quando analisado separadamente o cooperativismo.

3 METODOLOGIA

3.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA

Esta monografia caracteriza-se como estudo exploratório-descritivo, que segundo Marconi e Lakatos (2003, p188) têm como objetivo descrever determinado fenômeno, podendo ser encontradas descrições quantitativas ou qualitativas. De caráter representativo e sistemático, com procedimentos de amostragem flexíveis. De fontes secundárias como dados e estatísticas de órgãos públicos e referências bibliográficas.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O recorte do período é entre os anos de 2006 a 2015, devido a divulgação do CNAE 2.0 e do grau de escolaridade que estão disponíveis a partir de 2006. Os dados serão obtidos da base da relação anual de informação social – RAIS⁴. Foram utilizados software R, e R Studio para coleta dos Microdados do RAIS, inicialmente para o estado de Santa Catarina dando um total de 31.819.426 de linhas, somando todos os anos o que não seria possível de se fazer com softwares de planilhas mais comuns. Cada linha representa um vínculo estabelecido no ano, e um mesmo indivíduo pode ter vínculos em mais de um estabelecimento, logo não se deve confundir vínculos como indivíduos.

Para identificar a população da pesquisa utiliza-se o filtro em natureza jurídica na base do RAIS/MTE, segundo publicado no Dou nº 82, de 02 de maio de 2016 a resolução Concla nº1, de 28 de abril de 2016⁵. Que classifica “214-3 Cooperativa” como “Entidade Empresariais”. Nesta mesma resolução aparece “233-0 Cooperativas de consumo”, no entanto esta classificação não está disponível nos dados do RAIS/MTE.

A pesquisa documental realizada na base de dados secundários a partir dos Microdados da RAIS, disponibilizado pelo Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PET). Na seção de vínculos estão classificados a unidade geográfica filtrada para microrregião de Araranguá nos períodos

⁴ Disponível em: < bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php >

⁵ Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2016.html>>

selecionados de 2006 a 2015. O grupo chamado não-cooperativa faz parte de agrupamentos de entidades empresariais, descritas no Anexo A, neste grupo é excluído os vínculos de cooperativas.

A região de análise foi definida como a microrregião de Araranguá que integra os municípios Araranguá, Balneário Arroio da Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo. A escolha desta região é devida a organização do espaço a nível microeconômico em relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações através do comércio de varejo, atacado ou dos setores sociais básico” (DGEO/DITER, 1990). Pela produção, distribuição, troca e consumo incluindo o urbano e o rural, como definido pelo IBGE em seus estudos para definição das mesorregiões e microrregiões.

A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS⁶ foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, contendo elementos destinados a suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais da área social. Relativo ao Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servido Público (PASEP), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS, Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). E também para coleta de dados a estudos técnicos, estatísticos e ou atuarial. Os dados são apresentados para Estabelecimentos ou para Vínculos de trabalho.

São considerados empregadores urbanos e rurais. Urbano conforme definido no art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º de maio de 1943, “Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. ” (BRASIL, 1943). E empregadores rurais com descrito no art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, considera-se pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agro econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados.

Segundo a Portaria nº 269, de 29 de dezembro de 2015 estão obrigados a declarar a RAIS, entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior,

⁶Disponível em :<<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/registros-administrativos/rais/apresentacao.htm>>.

órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional dos governos federal, estadual, distrito federal e municipal, condomínios e sociedades civis, cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas.

Os dados dos trabalhadores são preenchidos pelo empregador, informando na relação da RAIS de cada estabelecimento. Todos os vínculos que teve ao longo do ano-base.

Quadro 4 Vínculos que devem ser listados na RAIS

	Tipo de vínculo	Descrição
I	Empregados urbanos e rurais	Contratados por prazo indeterminado ou determinado
II	Trabalhadores temporários	Regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974
III	Diretores sem vínculo empregatício	Para os quais o estabelecimento tenha optado pelo recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
IV	Servidores da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, bem como das fundações supervisionadas	
V	Servidores públicos não-efetivos	Demissíveis ad nutum ou admitidos por meio de legislação especial, não regidos pela CLT
VI	Empregados dos cartórios extrajudiciais	
VII	Trabalhadores avulsos, aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra	Nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ou do sindicato da categoria
VIII	Trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado	Regidos pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998
IX	Aprendiz	Contratado nos termos do art. 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005
X	Trabalhadores com contrato de trabalho por tempo determinado	Regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993
XI	Trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural	Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973
XII	Trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado	Regidos por Lei Estadual
XIII	Trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado	Regidos por Lei Municipal
XIV	Servidores e trabalhadores licenciados	
XV	Servidores públicos cedidos e requisitados	
XVI	Dirigentes sindicais	

Fonte: BRASIL, MTE (2016). Elaboração própria.

Não são relacionados na RAIS os seguintes vínculos: diretores sem vínculo empregatício para os quais não é recolhido FGTS, autônomos, eventuais, ocupantes de cargos eletivos (governadores, deputados, prefeitos, vereadores, etc.). A partir da data da posse, desde que não tenham feito opção pelos vencimentos do órgão de origem estagiários regidos pela portaria MTPS nº 1.002, de 29 de setembro de 1967,

e pela lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, empregados domésticos regidos pela lei nº 11.324/2006, cooperados ou cooperativados.

Alguns cuidados devem ser tomados ao analisar os dados da RAIS, devido a questões como declarações incompletas, preenchimento incorreto do formulário, erros voluntários, omissão de vínculos empregatícios ou ausência de respostas a alguns itens do formulário.

Para identificar os setores econômicos no RAIS, utiliza-se a Classificação Anual de Atividades Econômicas (CNAE), na sua versão 2.0. Resultado de processos de padronização que avançaram a partir de 1993, com os estudos para a definição do CNAE da coordenação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2001, a versão original foi revisada e substituída pela versão CNAE-Fiscal 1.0 (Resolução Concla n.º 03, de 07/05/2001) que corrigiu algumas denominações e acrescentou novas subclasses, passando a um total de 1146 subclasses. Com a revisão 2006, a versão 2.0 com 1301 subclasses. O que nos dá um espectro de análise bastante amplo. Na versão mais recente encontrado o CNAE⁷, é dividido em 21 seções, 87 Divisões, 285 grupos, 673 Classes e 1318 Subclasses.

Para melhor avaliação dos dados separa-se as variáveis que poderiam interferir na remuneração do trabalhador como sexo, grau de escolaridade, idade e porte do estabelecimento. A definição de análise de microrregião, que possui características relativamente uniformes. Tem o intuito de minimizar os efeitos causados por grandes centros urbanos, quando comparados a cidades menores.

O porte do estabelecimento é estimado nove níveis, a partir no número de empregados. Sendo o primeiro nível "ZERO", para quando o estabelecimento emitiu a "RAIS negativa", que indica que não contratou naquele ano-base. Os demais níveis são: "ATE 4", "DE 5 A 9", "DE 10 A 19", "DE 20 A 49", "DE 50 A 99", "DE 100 A 249", "DE 250 A 499", "DE 500 A 999", "1000 OU MAIS".

A remuneração do trabalho é dividida em doze categorias, que são as seguintes: "Até 0,50 salários mínimos", "0,51 a 1,00 salários mínimos", "1,01 a 1,50 salários mínimos", "1,51 a 2,00 salários mínimos", "2,01 a 3,00 salários mínimos", "3,01 a 4,00 salários mínimos", "4,01 a 5,00 salários mínimos", "5,01 a 7,00 salários

⁷ Disponível em: subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/. Acesso em: 15 de outubro de 2016

mínimos", "7,01 a 10,00 salários mínimos", "10,01 a 15,00 salários mínimos", "15,01 a 20,00 salários mínimos", "Mais de 20,00 salários mínimos". E também tem disponível o valor pago em valores nominais, para vínculos ativos em 31 de dezembro do ano de competência. Quando necessário comparar valores monetários em diferentes períodos, utiliza-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, "O IPCA calcula a variação dos preços de bens e serviços entre dois períodos, ponderada pela participação dos gastos com cada bem no consumo total"⁸ (BACEN, 2004). Pois baseia-se em famílias que tem rendimentos de 1 a 40 salários mínimos. Tendo em vista que base do RAIS há indivíduos que recebem remunerações até mesmo acima deste limite. O IPCA é calculado como um índice de Laspeyres pode ser interpretado como uma média aritmética (ponderada) dos preços relativos, onde os pesos são o percentual que cada bem representa no orçamento, considerando-se o período inicial (zero) (SATORIS, 2003).

A escolaridade sofre alteração e a partir do ano de 2005, antes disso era chamado grau de instrução com nomenclatura adotada para os anos de 2005 a 1985, que continha: Analfabeto, 4ª Série, 8ª Série, 2º Grau, superior completo ou Incompleto para os quatro últimas categorias. A mudança está relacionada com a LEI Nº 11.274 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006 que altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. "Em fevereiro de 2006 o presidente da república sancionou a lei nº 11.274 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos. A legislação prevê que sua medida deverá ser implantada até 2010 pelos Municípios, Estados e Distrito Federal " (BARUEL, et al. 2007). A nova implica em nova definição na base de dados da RAIS que mudou para outras 11 categorias denominadas a seguir: "ANALFABETO", "ATE 5.A INC", "5 A CO FUND", "6. A 9. FUND", "FUND COMPL", "MEDIO INCOMP", "MEDIO COMPL", "SUP. INCOMP", "SUP. COMP", "MESTRADO", "DOUTORADO", além de "IGNORADO" para valores inválidos.

Nos dados estão presentes jovens 10 a 17 anos, conhecidos como "menor aprendiz", regulamentados no Art. 428., da LEI Nº 11.180, DE 23 DE SETEMBRO DE 2005, que define o Contrato de aprendizagem como contrato de trabalho

⁸ <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2004/06/ri200406b2p.pdf>

especial em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

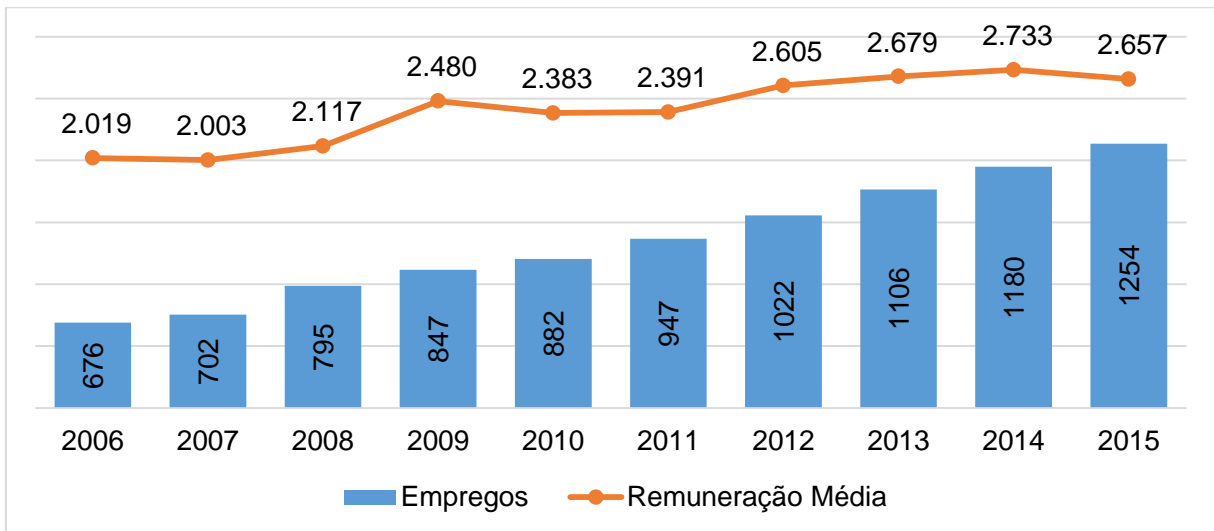
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa seguidos das respectivas análises, apresentando os setores da economia e a remuneração média comparando estabelecimentos que são cooperativas dos que não são cooperativas na região do extremo sul catarinense. Os dados foram deflacionados para o ano base de 2015, que é o último ano de base de dados para fins de comparação ano-a-ano. Utiliza-se o IPCA, devido à grande amplitude da faixa de remuneração dos empregados.

No extremo sul catarinense as cooperativas são mais concentradas em dois municípios: Jacinto Machado e Turvo com 12 cada. A COOPERJA foi fundada na região de Jacinto Machado em 1969, estando entre as maiores do Brasil no seguimento de arroz. O município de Praia Grande com 6, Araranguá e São João do Sul com 4 cada, Maracajá, Meleiro, Santa Rosa do Sul e Sombrio com 2 cada. Enfim, todos os municípios da região possuem pelo menos uma cooperativa.

Pelos dados do RAIS 2014, no Brasil estavam registrados como cooperativa 13.746 segundo a natureza jurídica do estabelecimento representando 0,35% em relação aos outros tipos de estabelecimento em todo país. Enquanto que com 1.228 cooperativas em relação a outros estados. Santa Catarina se destaca por representar 8,93% das cooperativas do Brasil. Na região do extremo sul catarinense havia 48 cooperativas em 2014, sendo que em 2002 eram 23. Identifica-se a seguinte estrutura de cooperativas: Indústria de Transformação (41,67%), Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (18,75%), Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (12,50%), Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados (12,50%), Eletricidade e Gás (6,25%), Atividades Administrativas e Serviços Complementares (2,08%), Indústrias Extrativas (2,08%) e Transporte, Armazenagem e Correio (2,08%).

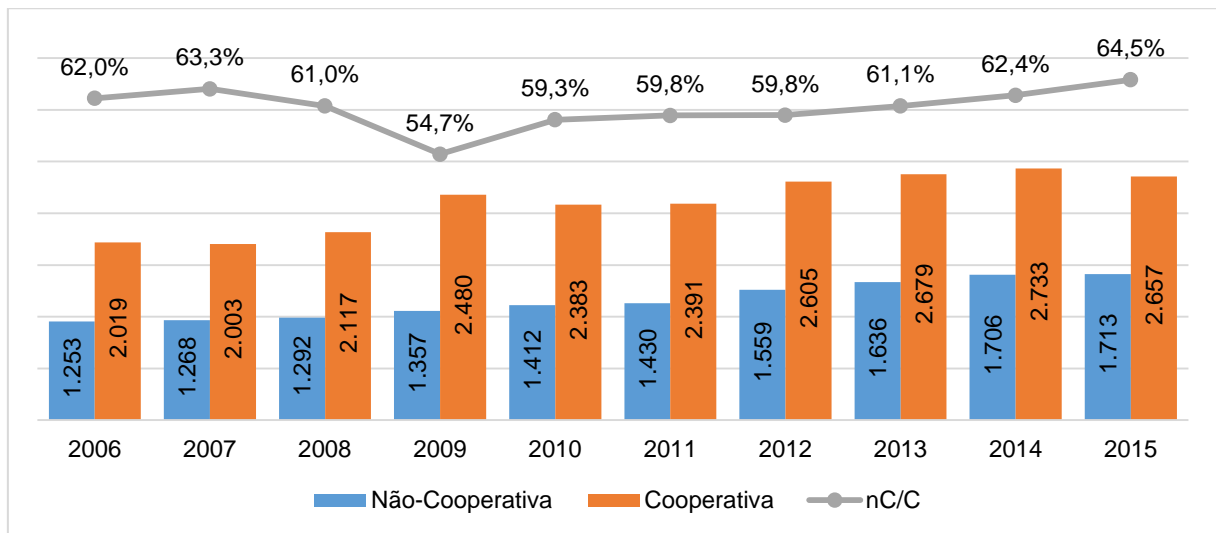
Figura 5 Empregos em cooperativas e remuneração média, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Como pode ser constatado na Figura 6, houve no ambiente do cooperativismo do extremo sul catarinense uma tendência de crescimento no nível de empregos de modo análogo ao movimento nacional. Distinguindo-se nos últimos dois anos em que não houve redução neste segmento o nível de empregos aumentou. Nos anos de 2006 a 2015, tendência a aumento do número de empregos passando de 676 em 2006, para 1.254 em 2015, aumento de 85,5%. E ao mesmo tempo a média salarial subiu gradualmente representando uma elevação de 31,6% no período, quando considerado os valores nominais deflacionados pelo IPCA, ano base 2015. Em relação a remuneração média houve um crescimento real acelerado, no período de 2007 a 2009 que pode estar relacionado com o momento de crise econômica em que o país passou lembrando que é justamente nos momentos de crise que o cooperativismo se fortalece. O mesmo efeito não acontece em 2015 em que as cooperativas já estão contratando mais empregados, e a remuneração média cai em 2,8 pontos percentuais, e também pode ser considerado um momento de instabilidade econômica, e política que país esta passando.

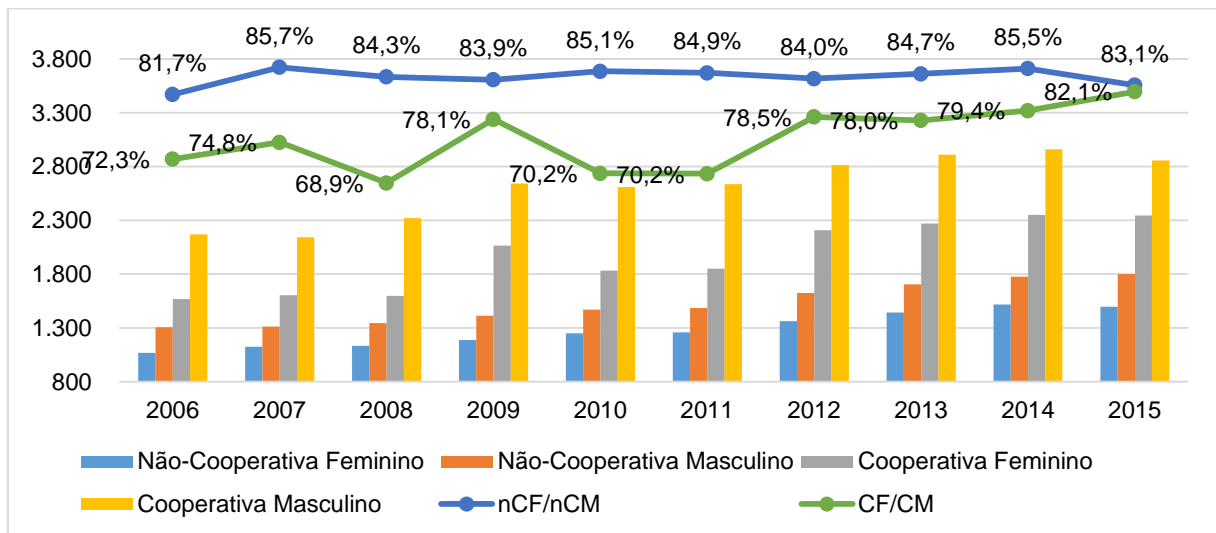
Figura 6 - Remuneração média não-cooperativas e cooperativas, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

O gráfico da Figura 6, mostra a diferença de remuneração média entre as não-cooperativas na barra azul e cooperativas na barra laranja. Na linha cinza é remuneração de cooperativa dividido por não-cooperativa o que ajuda a notar a diferença de remuneração. Quando o valor da linha é igual a 100% significa que as remunerações são iguais. Quando menor que 100% significa que não-cooperativa, tem valores menores e cooperativas maiores. Neste caso cooperativas tiveram remuneração média maior em todo o período. De 2007 a 2009 há um período de intensificação das diferenças entre não-cooperativa e cooperativa, chega-se a um ponto de mínimo em 2009 que implica em maior diferença de remuneração. Neste ponto, não-cooperativa tem o equivalente a 54,7% do valor de cooperativa, e é um momento de maior instabilidade na economia brasileira, ao passo que houve um aumento da demanda dos serviços destas cooperativas e para atender esta demanda, tiveram que contratar mais empregados. Logo após, em 2010, com a recuperação da economia que volta a crescer, as diferenças reduzem gradualmente. No último ano, a razão de não-cooperativa por cooperativa, chega a 64,5% maior índice da série, indica que as diferenças entre as remunerações médias estão ficando menores, principalmente a partir de 2009.

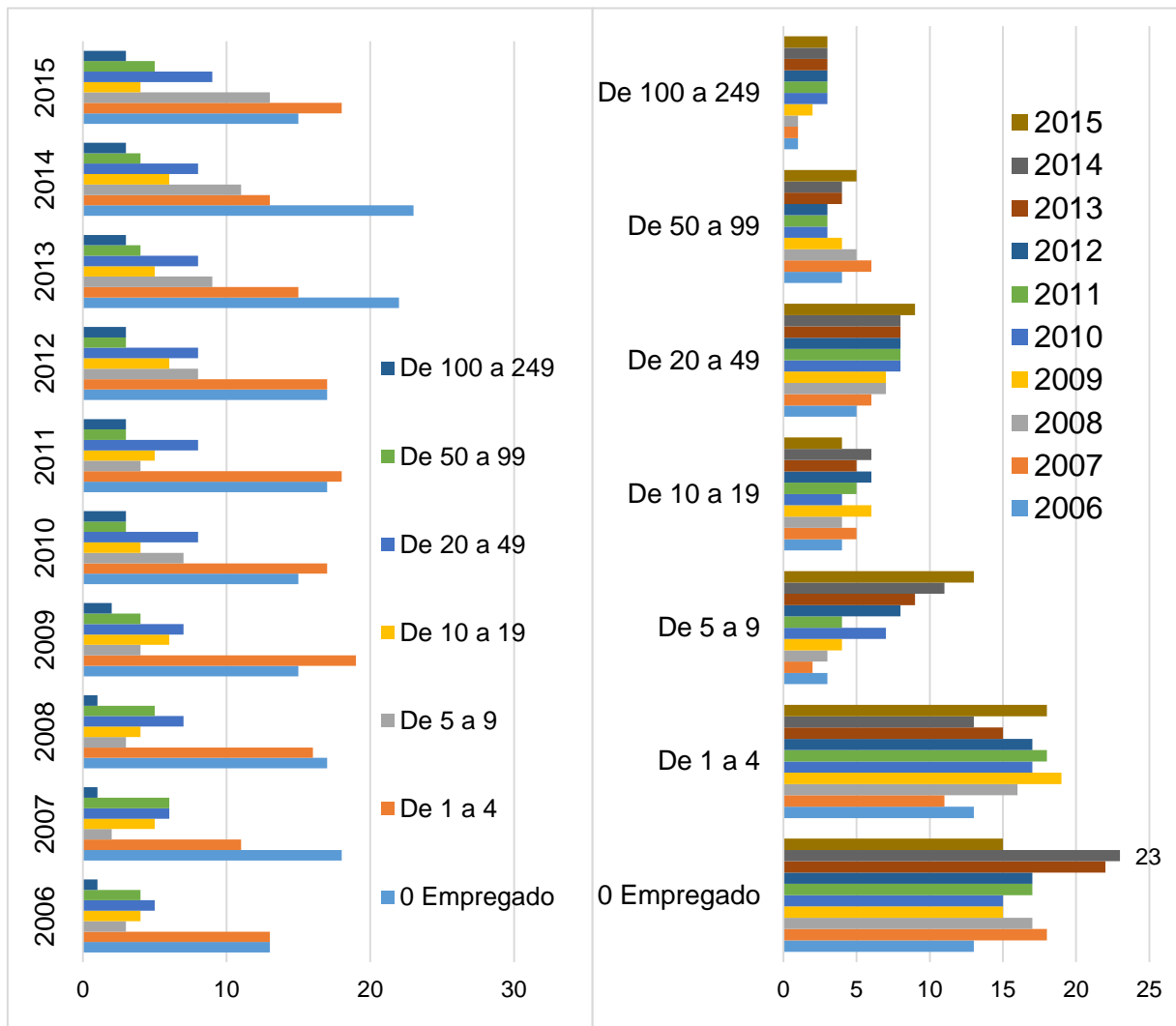
Figura 7 Remuneração média não-cooperativas e cooperativas por sexo, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Há na literatura muitos debates sobre a diferença de remuneração entre mulheres e homens, em que as mulheres tendem a ser contratadas para níveis de remuneração menores. Na Figura 7, busca-se verificar como esta relação se dá no ambiente do cooperativismo, apresentado as médias de remuneração, nas barras, de 2006 a 2015. Na linha é a razão entre a remuneração de trabalhadores de sexo feminino por trabalhadores do sexo masculino, segundo não-cooperativa ou cooperativa. Quando esta razão é igual a 100%, significa que a remuneração é igual para os dois segmentos. Quando menor de 100%, significa que mulheres, possuem remuneração média menor, que homens. E como pode ser visto, mulheres em cooperativas recebem mais, que não-cooperativas, mas menor que homens em cooperativas. Neste caso, as cooperativas reproduziram no seu âmbito, as desigualdades existentes no mercado de trabalho, quando se trata da questão de gênero. Por outro lado, esta diferença acompanha uma tendência de redução da desigualdade de remuneração entre homens e mulheres, passando de 68,8% em 2008, para 82,1% em 2015.

Figura 8 Estabelecimentos cooperativa por porte, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)

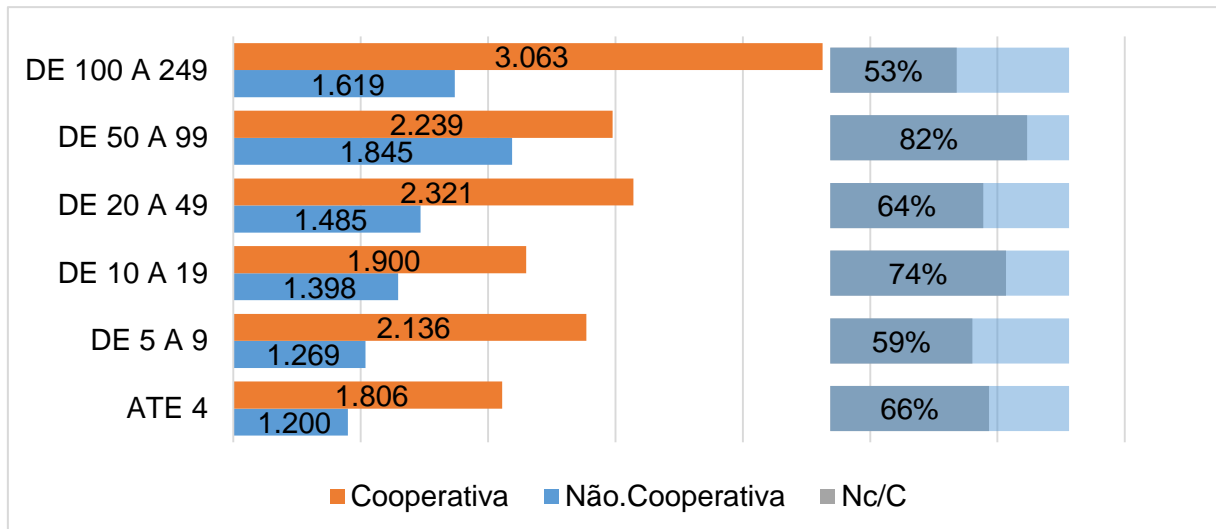


Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

A Figura 8 apresenta no período de 2006 a 2015, o número de estabelecimentos de natureza jurídica igual a cooperativa, por porte que é o número de vínculos ativos no dia 31 de dezembro do ano base. A esquerda da Figura 8, mostra o número de estabelecimentos e pode-se analisar a distribuição segundo o porte em cada ano. A direita da Figura 8, pode-se analisar a evolução de cada faixa de porte do estabelecimento durante o período. Verifica-se que não tem cooperativas com mais de 249 empregados, logo não são estabelecimentos de grande porte, caracterizando-se mais como micro, pequeno ou médio porte. Houve crescimento significativo em faixas de 5 a 9, de 20 a 49 e de 100 a 249, o que corresponde a faixa que mais emprega no âmbito nacional. No ano de 2014, chegou

a ter 23 cooperativas que não contrataram no ano, mas em 2015, este número reduz para 15 estabelecimentos. Podendo significar cooperativas que passaram a contratar nos anos seguintes, passando para outras faixas.

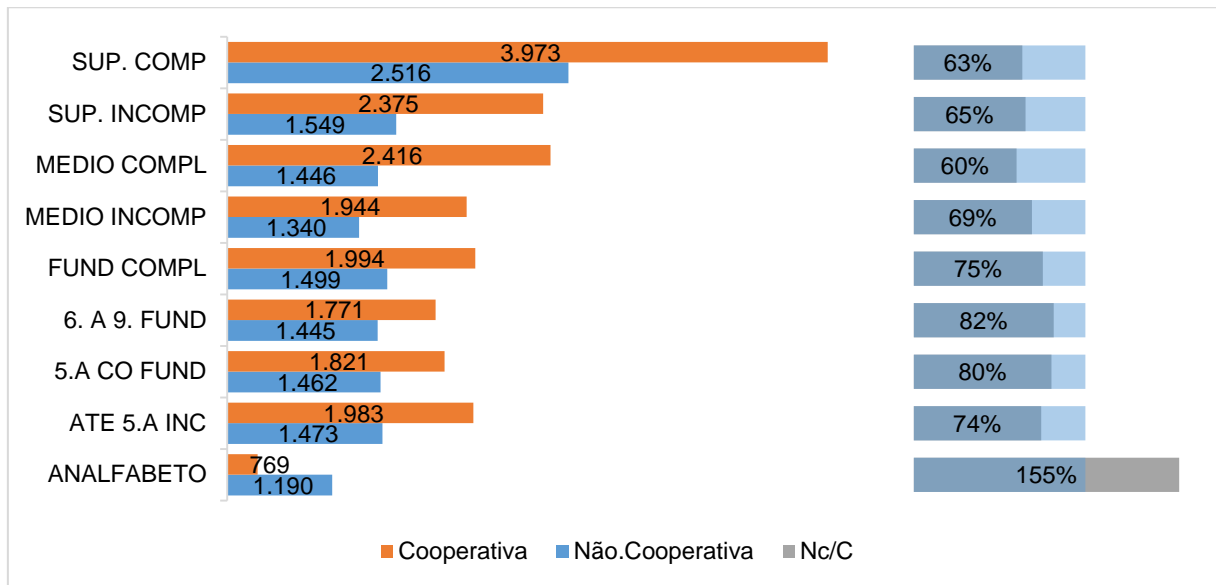
Figura 9 Remuneração média por tamanho do estabelecimento, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Em remuneração média, segundo o porte do estabelecimento medido em número de empregados na Figura 9, a direita é a razão da remuneração de não-cooperativas, por cooperativas. Percebe-se que as cooperativas possuem médias de remuneração maiores, sendo as diferenças maiores em estabelecimentos de 100 a 249 empregados e também naquelas de 5 a 9 empregados. Estas duas faixas que tiveram maior diferença de remuneração também são as faixas que aumentaram o número de estabelecimentos no período de 2006 a 2015. A faixa que apresentou menor diferença entre a remuneração foi de 50 a 99 empregados. Esta também é a faixa de cooperativas que mais contrataram no período e que no caso os valores de remuneração, mais se aproximaram da prática de mercado. A medida que as cooperativas aumentam sua necessidade de contratação para atender as exigências do mercado a diferença salarial se reduz. O que implica em casos, que não há diferenciação para o trabalhador se faz parte de uma cooperativa ou não.

Figura 10 Remuneração média por faixa de escolaridade, microrregião de Araranguá (2006 a 2015)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

A Figura 10 mostra a remuneração média, segundo faixa de escolaridade. A esquerda, a razão entre remuneração média em não-cooperativa e cooperativa, quando maior que 100% indica que não-cooperativas tem remuneração média maior que cooperativa, como no caso de empregados analfabetos. Neste caso, as cooperativas pagam menos o que pode esta relacionado não com uma característica interna das cooperativas, mas com uma questão nacional de ampliação de uma série de serviços sociais, que possibilitou que empregados estudassem mais. Reduzindo a participação deste grupo no mercado de trabalho, porque passam para faixas de escolaridade maiores. Em cooperativas o principal grupo, é aqueles com nível médio completo, o que dá um entendimento do nível de complexidade das atividades exercidas pelos empregados. E o segundo grupo, é com curso superior completo, o que reforça a afirmativa anterior de que as cooperativas trabalham com bens e serviços de maior valor agregado, ou que estimulam seus empregados aos estudos de modo a avançar séries até o curso superior. Esta característica também pode ser a explicação do porque, as cooperativas apresentaram médias de remuneração maiores em diversos recortes. Mais anos de estudos leva a uma exigência maior por parte dos trabalhadores, assim sendo mais organizados, puxam os salários para cima. Em cooperativas não tiveram empregados nos níveis de mestrado e doutorado, no período analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No extremo sul catarinense as cooperativas desempenham um importante papel na geração de emprego e renda para a população. Cabe ressaltar que as cooperativas tiveram suas primeiras experiências no mundo como forma de superar crises econômicas por parte dos trabalhadores. Atualmente o cooperativismo tem viabilizado a produção e a comercialização principalmente na agricultura, mas vem expandindo no setor de serviços nos últimos anos. No Brasil, encontra-se cooperativas nos mais diversos setores econômicos tanto na agricultura quanto na indústria e nos serviços.

Pode-se verificar que para os dados analisados as cooperativas apresentaram valores de remuneração média mais elevados. No entanto, reproduzindo desigualdades que também são presentes no mercado. A revisão da literatura sobre o movimento do cooperativismo mostra a riqueza do cooperativismo que é bastante plural, tendo sua origem histórica juntamente com o movimento operário de orientações socialistas, possuindo valores e princípios definidos a partir da prática diária de seus envolvidos. Com o enfrentamento, as mudanças estruturais da economia e sociedade o cooperativismo também sofre alterações, flexibilizando seus preceitos para se adequar ao mercado. Isso porque as cooperativas que não se adaptaram as regras do jogo do mercado, acabam fechando suas portas, o que não elimina a presente dualidade nas cooperativas que buscam forças nos seus princípios e valores que em certo ponto vão contra as exigências mercadológicas de eficiência e flexibilização. Além da contradição das cooperativas que surgem por estímulos governamentais ao invés de nascer de baixo para cima pelas mãos dos trabalhadores, estas tendem a sacrificar a autonomia, democracia e autogestão no ambiente interno das cooperativas.

Em relação as questões enfrentadas no mercado de trabalho, está presente o debate sobre a precarização do trabalho, onde são levantados aspectos relacionados ao desemprego e também referentes a qualidade do trabalho. Devido a situações em que o trabalhador é submetido a formas de trabalho, em que há alto grau de exploração e muitas vezes as cooperativas de trabalho são utilizadas para isso por oportunistas na terceirização de mão-de-obra, criando situações em que o indivíduo mesmo tendo trabalho, muitas vezes se deparam com perdas de direitos.

Mas ao mesmo tempo existem cooperativas que nasceram de baixo para cima, como forma alternativa ao capitalismo. No entanto, sua presença é mais comumente entre a população de menor renda.

A partir dos dados selecionados, foi possível verificar que as cooperativas ampliaram sua atuação no extremo sul catarinense, abrindo novos estabelecimentos, e também contratando mais empregados com carteira assinada. Há uma evidente diferença de remuneração, na maioria dos recortes classificados por sexo, escolaridade e porte de estabelecimento. Logo, cooperativas tiveram remuneração maior que não-cooperativas. Quando comparado deve-se fazer algumas ressalvas, pois médias apenas indicam um determinado comportamento dos dados, não são retratos fiéis da realidade. Pode-se inferir que há indivíduos no grupo de empregados que elevam a média. E este grupo pode ser devido ao nível de escolaridade dos empregados das cooperativas, em que o curso superior completo está bem representado, o que traz para estes trabalhadores mais organização e poder de barganhar melhores níveis salariais. Em relação a diferença de remuneração entre sexo, as cooperativas reproduziram as diferenças salarias de mercado, em que mulheres ganham menos, que os homens.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. ANOTAÇÕES SOBRE O CAPITALISMO RECENTE E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O Averso ao trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BARUEL, E. O. S.; ALMEIDA, S. C. D. A.; MACHADO, S. COMO ENTENDER A MUDANÇA PARA 9 ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL? **Planeta Educação**, 2007. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=815>>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- BRASIL. **Decreto-lei N.º 5.452**, 1 maio 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm>.
- BRASIL. **Lei no 5.764**, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>.
- BRASIL. **Lei Nº 5.889**, 08 jun. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5889.htm>.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional Do Brasil: Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>.
- BRASIL. **Lei Nº 11.180**, 23 set. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11180.htm#art18>.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, 2016. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/ManualRAIS2016.pdf>.
- DAL ROSSO, S. Economia do Trabalho, Trabalho Excessivo. In: CATTANI, A. D., et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009.
- DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015: Mercado de trabalho**. São Paulo: Socioeconômicos, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos, v. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anuario/2015/sistPubLivreto1MercadoDeTrabalho.pdf>>.
- LIMA, J. C. O TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO EM COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n.56, p. 45-62, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n56/a04v1956.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.
- _____. Economia do Trabalho, Os Desafios Do Presente E O Trabalho Do Futuro. In: CATTANI, A. D. **Trabalho Horizonte 2021**. Porto Alegre: Escritos, 2014. p. 31-60. ISBN 978-85-98334-48-6.

LUXEMBURGO, R. **Reforma Ou Revolução, Segunda Parte, 2. Os Sindicatos, as Cooperativas e a Democracia Política**, 2002. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/cap03.htm#p2c2>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos De Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 8522433976.

NAMORADO, R. Cooperativismo. In: CATTANI, A. D., et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 91 - 95.

NAVARRO, V. L. Calçados Franca: A reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro em Franca (SP). In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O Averso ao Trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 416.

POCHMANN, M. **O Trabalho Sob Fogo Cruzado: Exclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SATORIS, A. **Estatística e introdução à econometria**. São Paulo: Saraíva, 2003.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1991. 416 p.

SILVA, M. A. M. Se Eu Pudesse Quebrava Todas As Máquinas. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O Averso ao Trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e alternativas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

STANDING, G. O Precariado e a Luta de Classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, p. 09-24, maio 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352014000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ANEXO (S)

ANEXO A – NATUREZA JURÍDICA

'Natureza Jurídica'
1015 #Poder Executivo Federal
1023 #Poder Executivo Estadual ou Distrito Federal
1031 #Poder Executivo Municipal
1040 #Poder Legislativo Federal
1058 #Poder Legislativo Estadual ou Distrito Federal
1066 #Poder Legislativo Municipal
1074 #Poder Judiciário Federal
1082 #Poder Judiciário Estadual
1104 #Autarquia Federal
1112 #Autarquia Estadual ou Distrito Federal
1120 #Autarquia Municipal
1139 #Fundação Federal
1147 #Fundação Estadual ou Distrito Federal
1155 #Fundação Municipal
1163 #Órgão Público Autônomo Federal
1171 #Órgão Público Autônomo Estadual ou Distrito Federal
1180 #Órgão Autônomo Municipal
1198 #Comissão Polinacional
1201 #Fundo Público
1210 #Associação Pública
1228 #Consórcio Público de Direito Privado
1244 #Município
1260 #Fundação Pública de Direito Privado Estadual ou do Distrito Federal
1279 #Fundação Pública de Direito Privado Municipal
2011 #Empresa Pública
2038 #Sociedade Mista
2046 #Sa Aberta
2054 #Sa Fechada
2062 #Sociedade Qt Ltda
2070 #Sociedade Empresarial Nome Coletivo - a Partir Rais2008
2089 #Sociedade Comandita Simples

2097 #Sociedade Comandita por Ações
2127 #Sociedade em Conta de Participação
2135 #Firma Mercantil Individual
2143 #Cooperativa
2151 #Consórcio Empresas
2160 #Grupo Sociedade
2178 #Filial, Sucursal ou Agência de Emprego Sediada Exterior
2194 #Filial, Empresa Binacional, Argentino-Brasileira
2216 #Empresa Domiciliada no Exterior
2224 #Fundo Investimento
2232 #Sociedade Simples Pura
2240 #Sociedade Simples Ltda
2259 #Sociedade Simples Nome Coletivo
2267 #Sociedade Simples Comandita Simples
2275 #Empresa Binacional
2283 #Consórcio de Empregadores
2291 #Consórcio Simples
2305 #Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária)
2313 #Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Simples)
3034 #Cartório
3069 #Outros Fundação Privada
3077 #Serviço Social Autônomo
3085 #Condomínio Edifícios
3107 #Comissão Conciliação Prévia
3115 #Entidade Mediação e Arbitragem
3131 #Entidade Social 07 - Até Rais2007
3204 #Filial Fundação Estrangeira
3212 #Fundação Domiciliada no Exterior
3220 #Organização Religiosa
3239 #Comunidade Indígena
3247 #Fundo Privado
3255 #Órgão de Direção Nacional de Partido Político
3263 #Órgão de Direção Regional de Partido Político

3271 #Órgão de Direção Local de Partido Político
3280 #Comitê Financeiro de Partido Político
3301 #Organização Social (Os)
3999 #Outras Organizações - Associação Privada
4014 #Empresa Individual Imobiliária
4022 #Segurado Especial
4081 #Contribuinte Individual 07 - Até R\$2007
4090 #Candidato Cargo Político Eletivo
4111 #Leiloeiro
4120 #Produtor Rural (Pessoa Física)
5010 #Organização Internacional
5029 #Representação Diplomática Estrangeira
5037 #Outras Instituições Extraterritoriais